



O PAPEL VITAL DAS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL: Um estudo de caso no município de Cametá-PA na Amazônia Tocantina.

Fabiana Dos Santos Borges¹, Marcelo Augusto Machado Vasconcelos^{2*}, Izabel Cristina da Silva Padinha³, Richarly Cruz Pinheiro⁴, Paula Jessica de Lima Shinkai⁵, Artur Vinicius Ferreira dos Santos⁶, Paulo Celso Santiago Bittencourt⁷, Paulo Alves de Melo⁸, Kellem Cristina Preste de Melo⁹, Rosivaldo Sena Veloso¹⁰, Rômulo Luiz Oliveira da Silva¹¹



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p7034-7053>

Artigo recebido em 8 de Setembro e publicado em 8 de Novembro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis são agentes transformadores na gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil. Surgidas a partir da necessidade de sobrevivência de grupos marginalizados, essas organizações evoluíram para promover inclusão social e preservação ambiental. Em regiões amazônicas como Cametá (PA), norte do Brasil, a ausência de estruturas formais não impede a existência de arranjos produtivos locais que demonstram o potencial da economia solidária. Este artigo é uma pesquisa que discute a trajetória dessas cooperativas, com destaque para a importância dessas instituições para a sociedade e propõe intervenções concretas após breve análise dos desafios enfrentados, como a ausência de apoio técnico e financeiro. Busca-se, ainda, sensibilizar os formuladores de políticas públicas sobre a urgência de estratégias inclusivas para o fortalecimento dessas iniciativas.

Palavras-chave: organização, sustentabilidade, inclusão social.



THE VITAL ROLE OF RECYCLING COOPERATIVES IN BRAZIL: A case study in the municipality of Cametá-pa in the Tocantins amazon.

ABSTRACT

Recyclable waste pickers cooperatives are transforming agents in the management of urban solid waste in Brazil. Emerged from the need for survival of marginalized groups, these organizations have evolved to promote social inclusion and environmental preservation. In Amazonian regions such as Cameta (PA), northern Brazil, the absence of formal structures does not prevent the existence of local productive arrangements that demonstrate the potential of solidarity economy. This article is a research that discusses the trajectory of these cooperatives, highlighting the importance of these institutions to society and proposes concrete interventions after a brief analysis of the challenges faced, such as the absence of technical and financial support. It also seeks to raise awareness among policymakers about the urgency of inclusive strategies to strengthen these initiatives.

Keywords: organization, sustainability, social inclusion.

Instituição afiliada –

- 1 Especialização em Associativismo e Cooperativismo, Universidade Federal do Pará. Campus Universitário do Tocantins/Cametá-Pará
- 2 Doutor em ciências Agrárias. Universidade Federal do Pará Universidade Federal do Pará - Campus Ananindeua/Abaetetuba- **Programa de Mestrado em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITI)**
- 3 IPedagogia. Me. Educação e Cultura PPGEDUC- Universidade Federal do Pará. Campus Universitário do Tocantins/Cametá-Pará
- 4 Pedagogia, Universidade Federal do Pará. Campus Universitário do Tocantins/Cametá-Pará
- 5 Tecnóloga em Geoprocessamento, Universidade Federal do Pará. Campus Universitário Ananindeua-Pará
- 6 Doutor em Agronomia. Universidade Federal do Pará Universidade Federal do Pará - Campus Ananindeua
- 7 Doutor em ciências Agrárias. Universidade Federal do Pará Universidade Federal do Pará - Campus Ananindeua
- 8 Doutor em Geografia. Universidade Federal do Pará Universidade Federal do Pará - Campus Ananindeua
- 9 Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Universidade Federal do Pará Universidade Federal do Pará - Campus Ananindeua.
- 10 Geografo, Universidade Federal do Pará. Campus Universitário do Tocantins/Cametá-Pará
- 11 Doutor em Matematica Cuputacional. Universidade Federal do Pará Universidade Federal do Pará - Campus Ananindeua

Autor correspondente: *Marcelo Augusto Machado Vasconcelos* vasconcelos@ufpa.br

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis configuram-se como atores sociais estratégicos na consolidação de práticas sustentáveis no contexto da gestão dos resíduos sólidos urbanos brasileiros. Esses agrupamentos, construídos a partir da organização coletiva de indivíduos historicamente marginalizados e submetidos à informalidade, promovem a articulação entre inclusão social, geração de renda e preservação ambiental. A atuação dessas cooperativas vai muito além da coleta seletiva: elas representam um modelo de economia solidária com potencial transformador na construção de uma sociedade mais justa e ecologicamente equilibrada.

Este artigo objetiva discutir a importância vital dessas cooperativas, exemplificando como a ausência de políticas públicas específicas limita sua atuação. A análise se propõe a refletir sobre caminhos possíveis para o fortalecimento dessas organizações, considerando sua relevância para a economia circular e para a promoção da cidadania.

A pesquisa busca contextualizar a evolução dessas organizações e seu reconhecimento ao longo dos anos reforçando seu papel social, permitindo a compreensão de como essas entidades operam de forma democrática e participativa, fortalecendo a valorização social dos catadores, pois ao formalizar os trabalhadores, essas organizações oferecem melhores condições de trabalho, acesso a direitos e benefícios, e oportunidades de capacitação e desenvolvimento pessoal. O texto aborda ainda os desafios enfrentados, como a falta de apoio financeiro e governamental, os obstáculos logísticos e a estigmatização social.

A relevância deste estudo está em sua capacidade de ampliar a discussão sobre a valorização de grupos tradicionalmente marginalizados, propondo estratégias para sua inclusão em cadeias produtivas sustentáveis. A partir da análise crítica do panorama brasileiro e regional, pretende-se não apenas contribuir com o debate acadêmico, mas também oferecer subsídios teóricos e práticos para políticas públicas comprometidas com justiça social e desenvolvimento ambientalmente responsável.

A constituição e fortalecimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis no Brasil estão vinculados a um processo histórico de lutas sociais e



ressignificações do trabalho informal urbano. Essas organizações surgem como alternativa à exclusão estrutural e à precarização das relações de trabalho, sendo reconhecidas como empreendimentos de economia solidária que articulam princípios de autogestão, cooperação e sustentabilidade (Singer, 2002; Gaiger, 2006).

As primeiras experiências de cooperativas de catadores emergiram nas décadas de 1980 e 1990, período marcado por crises políticas e econômicas que resultaram no aumento do desemprego e da marginalização social em centros urbanos. Cidades como São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte foram protagonistas nessa fase inicial. A COOPAMARE, criada em 1989, é um dos exemplos pioneiros, tendo nascido com apoio da Organização de Auxílio Fraternal (OAF) e da “Missão dos Sofredores de Rua”, com o objetivo de formalizar o trabalho de pessoas em situação de rua (Silva, 2021; Motta, 2023).

Com isso, popular frente ao agravamento das condições socioeconômicas e à ausência de políticas públicas inclusivas, viram na catação de material reciclável, uma nova fonte de renda, começando a coletar material reaproveitável, como aparas de papel e papelão. Além desse grupo de pessoas, moradores de rua também sobreviviam da catação (MOTTA, 2023 - SILVA, 2021), sendo que a maior parte dos trabalhadores eram mulheres chefes de família (CORREA, SGUAREZI E MELO, 2025 - MOTTA 2023). Mas o trabalho era visto pela sociedade como sujo e sem valor, o que culminou para o princípio das organizações desses trabalhadores. (ISAAC SILVA, 2024).

O fortalecimento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), criado em 1999, contribuiu para a institucionalização da pauta da categoria. A profissão de catador foi reconhecida oficialmente pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002, fruto de uma mobilização que reivindicava visibilidade, valorização e inserção nos programas de reciclagem dos municípios (Pisano, Demajorovic & Besen, 2022). O movimento buscava melhores condições de trabalho, organização dos trabalhadores em cooperativas e regulamentação da profissão. Organizações como a COOPAMARE e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) foram marcos fundamentais nesse processo. Com o advento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), catadores organizados em cooperativas passaram a ser reconhecidos como agentes prioritários na cadeia da



logística reversa.

Segundo Motta (2023) a partir dos anos 2000, o estado de São Paulo passou a sofrer intensa pressão por parte do Ministério Público, através de denúncias sobre a precariedade das condições de trabalho dos catadores, em lixões municipais o que levou a expulsão deles, ocasionando maiores prejuízos. Mas apesar de ter sido um acontecimento desastroso para os catadores,impulsionou o surgimento da economia solidária, sendo esse um marco muito importante para as cooperativas de catadores, uma vez que com o surgimento dos Empreendimentos de Economia Solidária- EES, foi possível o acesso das cooperativas aos editais.

Apesar de todos os esforços do MNCR e organizações, as melhorias para as cooperativas de catadores tiveram maiores resultados a partir da criação da Lei de nº 12.305/2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, já que a legislação brasileira considerou pela primeira vez, incluir os catadores de material reciclável, na destinação de recursos, quando no capítulo IV, dos Instrumentos econômicos, diz que:

“Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

[...]

II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;” (Brasil. 2010).

Motta (2023), considera que a legislação brasileira contribuiu para o desenvolvimento e visibilidade das cooperativas de catadores a partir de 2006, destacando-se três leis:

1. Decreto de nº 5.940/2006: ao discorrer sobre a destinação de resíduos as cooperativas
2. Lei de nº 11.445/2007: ao dispensar licitação das cooperativas de catadores
3. Lei de nº 12.305/2010: ao tratar da destinação de recursos para as cooperativas de catadores

No entanto é preciso considerar que houve um grande retrocesso para as cooperativas de catadores durante o governo Bolsonaro, uma vez que houve a extinção



do Ministério do Trabalho e Emprego em 2019, que colaborava diretamente com as cooperativas (MOTTA ,2023). Nesse caso,mesmo que o Ministério do Trabalho e Emprego tenha sido recriado em 2021 pelo mesmo governo, houve prejuízos às cooperativas durante esse período.

De acordo com Streit e Guarnieri (2023), a partir dos anos 2020, houve outros grandes avanços na legislação brasileira no que se refere as cooperativas de catadores. Durante o governo Bolsonaro foi instituído dois decretos:

1. Decreto 10.936/22 : institui a coleta seletiva priorizando as cooperativas de catadores
2. Decreto nº 11.300/22: institui a Logística Reversa de embalagens de vidro e dá diretrizes a respeito.

Pesquisadores como Streit e Guarnieri (2023) denunciam que decretos como o nº 11.300/2022 — apesar de reconhecerem a logística reversa de vidro e outros resíduos, criaram entraves adicionais ao exigir infraestrutura e burocracias que excluem as pequenas cooperativas, especialmente aquelas nas regiões mais periféricas, o que segundo os autores significa uma afronta a Lei 12.305/2010, que ao invés de facilitar o acesso das cooperativas criou-se um desafio a elas. Nos últimos anos, o governo atual se empenhou em fomentar a economia solidária através de suas políticas, como podemos perceber através da criação de mais dois decretos:

1. Decreto nº 11.413/2023: Institui o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral e o Certificado de Crédito de Massa Futura, no âmbito dos sistemas de logística reversa de que trata o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
2. Decreto nº 11.414/2023: Institui o Programa Diogo de Sant’Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis.

Diante desses novos decretos , vislumbra-se um cenário favorável as cooperativas no Brasil, pois é de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico das cooperativas que o país possa oferecer oportunidades e apoio legal a essas organizações.



As cooperativas de catadores são organizadas de maneira democrática e participativa. Os membros são responsáveis pela coleta, triagem, armazenamento e comercialização dos materiais recicláveis. O papel das cooperativas de catadores vai além de sua função operacional. Elas são espaços de emancipação social, formação política e educação ambiental.

De acordo com Maas (2022), essas organizações promovem o empoderamento de trabalhadores invisibilizados pelo modelo socioeconômico hegemônico, dando-lhes identidade profissional, reconhecimento social e senso de pertencimento. Além disso, são potencialmente responsáveis por gerar emprego e renda para milhares de trabalhadores em todo o Brasil, promovendo a inclusão social e a cidadania, oferecendo oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Elas também desempenham um papel crucial na redução do lixo e na promoção da reciclagem de materiais. Ao coletar e processar resíduos recicláveis, essas cooperativas contribuem para a preservação dos recursos naturais e a diminuição da poluição ambiental (SAUERESSIG, SELLITTO e KADEL JR 2021 – MAAS, 2022).

Maas (2022), afirma que através das cooperativas, essa classe trabalhadora considerada marginalizada e invisibilizada ao longo de anos, pode ter seus direitos garantido e sua dignidade recuperada. Isso se explica pelo fato da cooperativa trazer empoderamento aos catadores através de melhores condições de trabalho, melhores ganhos, capacitação profissional e autonomia profissional. Segundo a autora isso gera nos cooperados sentimento de pertencimento a sociedade, o simples fato de padronização de vestimentas por exemplo, pode ocasionar um empoderamento no sentido de ser visto pela sociedade como contribuinte legal para uma causa maior: a reciclagem de material(CORREA, SQUAREZI e MELO, 2025)

No que se refere a economia dos recursos naturais, estima-se que 90% do material reciclado no Brasil seja proveniente de cooperativas de catadores(SILVA, 2021). Mesmo que haja catadores autônomos e catadores contratados por empresas privadas como afirma Campana de Oliveira(2024), o papel das cooperativas é extremamente significativo, uma vez que ao analisarmos o perfil dos trabalhadores catadores de material reciclável,nos deparamos com pessoas de baixa escolaridade,



vulnerabilidade socioeconômica e condições de vida desfavoráveis a outra alternativa de trabalho. Não que isso signifique estigmatiza-los ainda mais, pelo contrário, isso ressalta ainda mais a importância das cooperativas para a vida dessas pessoas(CAMPOS E TEIXEIRA , 2021- SILVA e SAUKA, 2024).

Essas cooperativas são um exemplo inspirador de como a organização coletiva pode promover a inclusão social e a sustentabilidade ambiental (PISANO, DEMAJOROVIC e BASEN, 2024). Apesar dos desafios, essas elas têm o potencial de transformar vidas e comunidades (SAUERESSIG, SELLITTO e KADEL JR, 2021), através da geração de renda fixa, capacitação profissional que as cooperativas oferecem e boas condições de trabalho.

Mesmo após a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010, as cooperativas de catadores enfrentaram diversas dificuldades, pois muitas regiões do Brasil não tinham infraestrutura para a implantação do sistema de coleta seletiva e o processamento de resíduos, o que limita ou inviabiliza o trabalho das cooperativas de catadores (SILVA, 2021). Outro fator que também não passa despercebido é que algumas leis e decreto revelam a verdadeira face do capitalismo brasileiro: preocupado em agradar o capital.

Acerca disso Streit e Guarnieri(2023), afirmam que os Decretos 10.936/22 e o Decreto nº 11.300/22, favoreceram mais as empresas de médio e pequeno porte a terem acesso a recursos dos editais e na comercialização dos materiais recicláveis do que as cooperativas, uma vez que ambos cobram certos requisitos burocráticos que a maioria das pequenas cooperativas não conseguem cumprir, para receberem apoio financeiro do governo, como exigência de infraestruturas maiores e licitações.

Apesar dos benefícios sociais e ambientais, as cooperativas de catadores enfrentam diversos desafios, como explica Zanin e Oliveira(2023), segundo os autores a falta de apoio financeiro e governamental é uma barreira significativa para muitas cooperativas, que lutam para obter recursos necessários para operar de maneira eficiente. Desafios logísticos e operacionais, como a infraestrutura inadequada e a falta de equipamentos, também são comuns, oscilação de preços, concorrência em virtude do grande volume de cooperativas pelo país e a existência de atravessadores (ZANIN e OLIVEIRA,2023). Além disso, os catadores frequentemente enfrentam estigmatização e



preconceito social, o que pode dificultar a integração plena dessas cooperativas na sociedade (CORREA, SQUARENZI e MELO, 2025 - ISAAC SILVA, 2024).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para construção do artigo foi a revisão bibliográfica a partir da busca automatizada em bases de dados (sites) como Google Acadêmico, Scielo, revistas online e Portal da Capes. Os descritores ou palavras-chave utilizados na pesquisa consideraram os estudos realizados a partir do ano de 2020 até 2025, foram considerados de relevância estudos sobre cooperativas de catadores de materiais recicláveis no Brasil: artigos, monografias, teses, dissertações, revistas ou livros e capítulos de livros que estão na fronteira do conhecimento. Alguns estudos analisados, de anos anteriores, serviram de suporte para a compreensão de estudos mais recentes. A escolha dessa metodologia se justifica pela necessidade de reunir e analisar criticamente estudos existentes sobre as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, especialmente no contexto brasileiro e amazônico, com ênfase no município de Cametá (PA). A abordagem qualitativa permite compreender as dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais envolvidas na atuação das cooperativas, bem como os desafios enfrentados por essas organizações. As publicações selecionadas seguiram três critérios pré estabelecidos:

1. Discutir sobre cooperativas de catadores de recicláveis do Brasil,
2. Ressaltar a importância dessas cooperativas para a sociedade,
3. Informar sobre os principais desafios dessas cooperativas.

A partir disso foi feita a classificação preliminar dos documentos para seleção e extração das informações mais relevantes, com a finalidade de eliminar tudo que não fosse necessário, e assim reduzir o volume do material a ser analisado.

Seguiu-se a referência de Gil(2002) para separação das leituras, partindo da organização e combinação da informação extraída, por categorias:

1. Histórico do surgimento da cooperativas de catadores de material reciclável no Brasil
2. Importância vital das cooperativas de catadores de material reciclável para a sociedade



3. Desafios encontrados pelas cooperativas para seu funcionamento

Após avaliação comparativa dos dados, o texto recebeu um ponto de vista interpretativo, organizado em formato de artigo de revisão literária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados, publicados de 2020 a 2025, comprovam que a importância das cooperativas de catadores de material reciclável para a sociedade é multifacetada e abrange diversos aspectos sociais, econômicos e ambientais no município de Cameta-PA, são eles:

- Inclusão Social e Empoderamento:

De acordo com Maas (2022), Silva(2021), Silva e Sauka(2024), as cooperativas de catadores oferecem uma oportunidade única de inclusão social para uma parcela da população que, muitas vezes, está à margem da sociedade. Os catadores, frequentemente oriundos de comunidades de baixa renda, encontram nas cooperativas um meio de trabalho digno e estruturado. Além de gerar emprego e renda, as cooperativas promovem o “sustento” dessas famílias, que se tornam protagonistas de suas próprias histórias. A participação em uma cooperativa pode aumentar a autoestima e proporcionar um senso de pertencimento e cidadania, resgatando a dignidade desses trabalhadores. De acordo com o Atlas brasileiro da Reciclagem, no ano de 2022, a remuneração média dos catadores associados/cooperados foi de R\$1.478,82, 22% acima do salário-mínimo vigente no Brasil à época. Ao oferecer oportunidades de trabalho digno e melhorar as condições de vida dos catadores, as cooperativas ajudam a reduzir a desigualdade social. Elas proporcionam uma fonte de renda estável e estruturada, que pode melhorar significativamente a qualidade de vida dos catadores e suas famílias.

- Sustentabilidade e Preservação Ambiental

Silva e Sauka (2024), estudaram sobre o impacto positivo das cooperativas na sociedade e segundo os autores, a atuação das cooperativas de catadores é essencial para a sustentabilidade ambiental. Ao coletar e reciclar materiais que, de outra forma, seriam descartados como lixo, essas cooperativas contribuem significativamente para a redução do volume de resíduos encaminhados aos aterros sanitários. Isso resulta na diminuição da poluição ambiental e na preservação dos recursos naturais. Além disso, a



reciclagem de materiais ajuda a reduzir a emissão de gases de efeito estufa, uma vez que a produção de novos materiais consome mais energia e recursos do que a reciclagem. Assim, as cooperativas desempenham um papel crucial na mitigação das mudanças climáticas, gerando uma economia de 3.306 mil toneladas por ano(ATLAS,2022).

De acordo com os demais estudos analisados nesse artigo, entende-se que as cooperativas de catadores promovem a reciclagem e reutilização de materiais, reduzindo a necessidade de extrair e processar recursos naturais. A reciclagem de papel, plástico, vidro e metais economiza energia e recursos que seriam necessários para a produção de novos materiais. Além disso, a reciclagem ajuda a reduzir a poluição associada à extração e processamento de matérias-primas, como a mineração e a fabricação industrial, que podem liberar poluentes nocivos ao meio ambiente. Ao desviar materiais recicláveis do fluxo de resíduos, as cooperativas de catadores contribuem para a diminuição da poluição do ar e da água. A incineração de resíduos, por exemplo, pode liberar gases tóxicos e partículas que poluem o ar, enquanto o descarte inadequado de resíduos pode contaminar corpos d'água, afetando a qualidade da água e a vida aquática. A coleta seletiva e a reciclagem realizadas pelas cooperativas ajudam a prevenir esses problemas, promovendo um ambiente mais limpo e saudável.

- **Economia Circular e Desenvolvimento Econômico**

As cooperativas de catadores são um exemplo prático da economia circular, um modelo econômico que valoriza a reutilização e reciclagem de materiais. Como foi possível constatar através de dados encontrados no Atlas Brasileiro da Reciclagem (2023), são recuperados por ano, em média 647.298 em toneladas de resíduos Ao reinserir esses materiais recicláveis na cadeia produtiva, as cooperativas contribuem para a economia local e nacional, gerando em média 81,199 milhões de reais por ano, incorporado à economia brasileira a partir da comercialização de resíduos recicláveis desviados do aterramento e dos lixões, pelas associações e cooperativas de catadores constantes nos Bancos de Dados acessados pelo ATLAS(ATLAS, 2022), Elas geram empregos, promovem o desenvolvimento de novos mercados para materiais recicláveis e incentivam a inovação em tecnologias de reciclagem. O fortalecimento das cooperativas pode levar ao crescimento de um setor econômico verde e sustentável,



beneficiando a sociedade como um todo. As cooperativas de catadores são um exemplo prático de economia circular, um modelo econômico que busca a reutilização contínua de recursos, visa minimizar o desperdício e maximizar o valor dos materiais ao longo de seu ciclo de vida. As cooperativas de catadores, ao promover a reciclagem e reutilização de materiais, contribuem para a construção de um sistema econômico mais sustentável e eficiente, onde os resíduos são vistos como recursos valiosos.

- Educação e Conscientização Ambiental

As cooperativas de catadores também desempenham um papel importante na educação e conscientização ambiental da sociedade. Através de suas atividades e iniciativas, elas promovem a importância da reciclagem e do consumo consciente. Muitas cooperativas realizam programas educativos em escolas e comunidades, disseminando conhecimentos sobre a gestão adequada de resíduos e incentivando práticas sustentáveis. Essa conscientização contribui para a formação de uma cultura de responsabilidade ambiental, essencial para a preservação do planeta, como mostram os estudos de Maas(2022), Pisano, Demajorovic e Besen(2024).

É fundamental que a sociedade, as empresas e os formuladores de políticas públicas apoiem e fortaleçam essas cooperativas, reconhecendo seu papel vital na gestão de resíduos e na construção de um futuro mais sustentável. Existem diversas oportunidades para fortalecer e expandir as cooperativas de catadores no Brasil. Parcerias com empresas e ONGs podem proporcionar recursos financeiros, tecnológicos e de capacitação. Programas de incentivo e apoio governamental também são essenciais para o desenvolvimento dessas cooperativas. Inovações tecnológicas, como aplicativos de gestão de resíduos e plataformas de comércio eletrônico para materiais recicláveis, podem aumentar a eficiência e a sustentabilidade das operações.

No Pará, as experiências foram mais fragmentadas e tardias, sendo intensificadas a partir dos anos 2000 com o estímulo de organizações da sociedade civil e universidades. A criação da Coopercam em Castanhal, da Coocamar em Marabá e da Cooperlimpa em Santarém sinaliza um processo gradual de organização na Amazônia Oriental. Em Cametá, embora ainda não haja uma cooperativa formal, grupos informais de catadores atuam principalmente na área do lixão a céu aberto da cidade. Esses grupos enfrentam sérias limitações: ausência de galpão de triagem, equipamentos



adequados, apoio jurídico e reconhecimento institucional.

A análise do material bibliográfico evidenciou que as cooperativas de catadores de materiais recicláveis exercem um papel estratégico na construção de sociedades mais justas e sustentáveis. Seus impactos ultrapassam a dimensão ambiental, alcançando esferas sociais, econômicas, culturais e educativas.

Nos contextos regionais da Amazônia paraense, norte do Brasil, tal como o município de Cametá, nordeste paraense, durante a pesquisa não foi possível encontrar nenhuma publicação sobre o assunto. Embora existam catadores autônomos e compradores de iniciativa privada, não estão organizados em cooperativas. Porém caso houvesse a implantação de uma cooperativa de catadores, na cidade de Cametá, esse fortalecimento poderia representar uma solução eficaz para o enfrentamento de vulnerabilidades sociais e degradação ambiental, pois envolve diretamente a preservação de ecossistemas frágeis.



Figura 1: "Bags" de material reciclado, coletado no lixão municipal de Cametá-PA. Foto do autor. Cametá, PA, 23/12/2023.

A reciclagem contribui para a redução do impacto do lixo urbano sobre os rios, igarapés e áreas de várzea — elementos centrais da geografia de cidades como Cametá. A atuação de catadores em áreas ribeirinhas é essencial para evitar que resíduos sejam descartados de forma inadequada, o que compromete a qualidade da água e a



biodiversidade local (Silva & Sauka, 2024; Saueressig, Sellitto & Kadel Jr., 2021).

Além disso, as cooperativas são espaços de saberes e práticas populares, produzindo conhecimento sobre o lixo, o território e as relações sociais. Elas ressignificam materiais, espaços e sujeitos historicamente marginalizados. Esse caráter transformador deve ser reconhecido não apenas por sua função produtiva, mas também educativa e cidadã (Corrêa, Sguarezi & Melo, 2025).

Embora Cametá ainda não conte com uma cooperativa formal, os catadores autônomos relataram, em levantamentos universitários, que sua principal dificuldade está na ausência de reconhecimento por parte do poder público. A formalização dessas práticas, aliada ao apoio técnico da Universidade Federal do Pará, Escola Tecnológica (CIEBT) e da prefeitura, por exemplo, poderia gerar emprego, renda e autoestima para dezenas de trabalhadores invisibilizados. A ausência de coleta seletiva estruturada tem gerado impactos ambientais graves, como o acúmulo de resíduos sólidos em margens de rios e igarapés — especialmente no porto da cidade e em bairros periféricos. A atuação de catadores nesses territórios, mesmo que de forma informal, evita que toneladas de lixo sejam descartadas de maneira desordenada.

Os principais desafios enfrentados pelas cooperativas de catadores de materiais recicláveis são:

- Falta de acesso a linhas de crédito e financiamento;
- Ausência de galpões e equipamentos para triagem e armazenagem;
- Estigmatização social dos catadores;
- Concorrência desigual com grandes empresas da cadeia do lixo.

Mesmo com marcos legais como o Decreto nº 11.414/2023 (Programa Pró-Catadores), muitas dessas barreiras ainda persistem, sobretudo em contextos periféricos e interioranos.

A organização de catadores em Cametá permitiria a integração de resíduos recicláveis à cadeia produtiva local e reduziria a dependência do município em relação a empresas privadas ou empreendimentos de fora da região. Além disso, o aproveitamento de materiais recicláveis reduziria a pressão sobre os serviços de limpeza urbana e os custos com transporte e destinação final do lixo.

Diante da ausência de uma cooperativa formal no município e do potencial



identificado nas práticas informais existentes, propõe-se a criação da CoopereCam – Cooperativa de Catadores de Cametá, com apoio institucional da UFPA, da Prefeitura Municipal e de programas federais de fomento à economia solidária. Tal iniciativa pode ser articulada a políticas já vigentes, como o Programa Diogo de Sant’Ana, conforme previsto no Decreto nº 11.414/2023, e adaptada às realidades ribeirinhas da região.

Essa proposta inclui:

- Identificação e mobilização de catadores informais da cidade e do entorno;
- Cessão de espaço público (galpão ou armazém) para triagem e armazenagem;
- Capacitação técnica e jurídica, com suporte de projetos de extensão universitária e editais federais;
- Adesão ao Programa Pró-Catadoras (Decreto nº 11.414/2023), que possibilita acesso a crédito, infraestrutura e qualificação;
- Implementação de campanhas educativas permanentes, com foco na separação de resíduos domiciliares e valorização do trabalho do catador.

A criação da CoopereCam atenderia simultaneamente a objetivos ambientais, sociais e econômicos, além de estar alinhada aos marcos legais vigentes e às demandas estruturais do município. Sua implantação seria viável técnica e financeiramente, desde que construída com ampla participação dos atores locais e sustentada por políticas públicas inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis representam uma das estratégias mais eficazes para enfrentar os desafios contemporâneos da gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil, integrando os princípios da sustentabilidade ambiental, da inclusão social e do desenvolvimento econômico solidário. Elas não apenas oferecem uma alternativa econômica para populações vulneráveis, como também reconfiguram o papel do catador na sociedade: de agente invisível para protagonista da transição ecológica.

Ao longo deste artigo, demonstrou-se que tais organizações vêm ganhando espaço na política pública nacional desde os anos 2000, especialmente com a



promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e seus decretos complementares. Contudo, ainda persistem entraves estruturais, como a ausência de financiamento contínuo, a burocratização do acesso a editais públicos e o preconceito social que afeta os catadores em todo o país. Esses desafios são ainda mais intensos em regiões como o interior da Amazônia Legal, onde a implementação de políticas públicas tende a ser mais lenta e desarticulada. O município de Cametá, situado no nordeste do Pará, ilustra bem essa realidade: apesar da atuação informal de grupos de catadores, não há ainda uma cooperativa formalizada, tampouco políticas municipais específicas que apoiem a coleta seletiva, a triagem e a comercialização de recicláveis. O resultado é o agravamento da degradação ambiental urbana e a permanência da exclusão socioeconômica. Neste sentido, propôs-se a criação de uma cooperativa local em Cametá, com base em experiências bem-sucedidas de cidades paraenses como Castanhal e Santarém. A proposta inclui apoio da Universidade Federal do Pará (UFPA), cessão de espaço público para triagem, capacitação técnica, adesão a programas federais e campanhas educativas comunitárias. Essa intervenção é financeiramente viável, socialmente urgente e legalmente amparada — e representa uma resposta concreta ao histórico descaso com os trabalhadores e com o meio ambiente no território amazônico.

Conclui-se, portanto, que apoiar e fortalecer as cooperativas de catadores não é apenas uma medida de justiça social, mas também um investimento estratégico em um modelo de desenvolvimento mais resiliente, circular e inclusivo. A efetivação de políticas públicas locais, aliada à atuação integrada da sociedade civil, da universidade e do poder público, pode transformar a realidade de municípios como Cametá. O reconhecimento do catador como agente ambiental e educador social é urgente. Cada resíduo reciclado por suas mãos é também um passo em direção a um Brasil mais limpo, solidário e justo.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Bruno Otávio; DE OLIVEIRA BORGES, Livia. Catadores de materiais recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 65, n. 3, p. 319-337, 2013.

Atlas Brasileiro da Reciclagem. Disponível em:

<https://atlasbrasileirodareciclagem.ancat.org.br/reciclagem-em-numeros> - acesso em março de 2025.



BORGES, Rosane Villanova; CARBONERA, Mirian; DE LIMA TRINDADE, Larissa. Catadores de materiais recicláveis: Uma revisão integrativa da literatura. *Desenvolvimento em Questão*, v. 21, n. 59, p. e14271-e14271.

CAMPOS, Joandson Fernandes; TEIXEIRA, Bernardo Arantes Do Nascimento. IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DE VARIÁVEIS PARA A CARACTERIZAÇÃO DE REDES DE COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Catadores de materiais recicláveis : um encontro nacional / Bruna Cristina Jaquetto Pereira, Fernanda Lira Goes (organizadoras) – Rio de Janeiro : Ipea, 2016. 562. p. : il., mapas color.

Coopamare – Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis. Disponível em: <https://coopamare.wordpress.com/>. Acesso em 22/02 de 2025.

CORREA, Frankielle Alline Pereira; SGUAREZI, Sandro Benedito; MELO, Sonia Aparecida Beato Ximenes de. Perfil socioeconômico ambiental dos catadores/as de materiais recicláveis. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*, v. 15, p. 58-76, 05 fev. 2025. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v15.5599>.

DA CONCEIÇÃO, Priscila Soraia; RUTKOWSKI, Emília Wanda; REZENDE, Sonaly. Do nacional ao local: abrindo a caixa preta da (não) inclusão dos catadores de materiais recicláveis nos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 1, p. e7205-e7205, 2025.

DE RESENDE, Augusto César Leite. O fomento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis como instrumento de promoção do direito fundamental ao desenvolvimento sustentável. *Revista Eletrônica Direito e Política*, v. 8, n. 2, p. 1023-1046, 2013.

Decreto de nº 11.413. Diário Oficial da União. Publicado em: 13/02/2023 | Edição: 31-A | Seção: 1 - Extra A | Página: 1 Órgão: Atos do Poder Executivo. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.413-de-13-de-fevereiro-de-2023-464158637>. Acesso em março de 2025

Decreto de nº 11.414. Presidência da República, Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11414.htm acesso em março de 2025.

DOS SANTOS PAIXÃO, Leila Gonçalves; DE OLIVEIRA, Fábio Ribeiro. Vulnerabilidade no trabalho: riscos à saúde em uma cooperativa de reciclagem. *O Social em Questão*, n. 59, p. 391-410, 2024.

Entidades denunciam que Conselho Nacional não se reuniu nenhuma vez desde a posse de Bolsonaro (PSL). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/06/saidas-para-a-criese-cooperativismo-e-economia-solidaria-sao-abandonados-pelo-governo/> acesso em março de 2025.

Gil, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002. Disponível em >> https://docentes.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./at_download/file >> acesso em 21/09/2024



GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. – 4. Ed.- São Paulo: Atlas, 2002

ISAAC SILVA, Pedro Henrique. Trabalho, autogestão e reconhecimento: Uma análise do Movimento Nacional de Catadores no Brasil em perspectiva sociohistórica. *Revista de Ciências Sociais Ambos Mundos*. (5), 17-28. <https://doi.org/10.14198/ambos.26058> (2024).

LUTINSKI, Junir Antonio et al. Catadores de materiais recicláveis: perfil social e riscos à saúde associados ao trabalho. *Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, v. 13, n. 24, p. 162-174, 2017.

MAAS, Tainara lanka. Empoderamento dos catadores em organizações coletivas: uma análise a partir da percepção de presidentes de associações e cooperativas na microrregião de Toledo. 2022.

MNCR (Movimento Nacional dos Recicladores)](<http://www.mnrreciclagem.org.br/>) - [Política Nacional de Resíduos Sólidos do Brasil (em português)](<https://www.in.gov.br/materia/53725/lei-12305-de-12-de-agosto-de-2010-institui-a-politica-nacional-de-residuos-solidos>)--acesso em 22/02/2025

MOTTA, Daniele Cordeiro. O trabalho dos (as) catadores (as): material reciclável não é lixo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 40, p. 4-20, 2023.

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Disponível em: <https://www.mnrc.org.br/> acesso em 22/02/2025

OLIVEIRA, Lilian Fernanda Demarco Campana de. Saúde dos catadores de recicláveis no Brasil: uma dura realidade a ser estudada visando gerar políticas públicas. 2024.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto Organizadora; GOES, Fernanda Lira Organizadora. Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional. 2016.

PISANO, Viviane; DEMAJOROVIC, Jacques; BESEN, Gina Rizpah. Política Nacional de Resíduos Sólidos do Brasil: perspectivas das redes de cooperativas de catadores. *Ambiente & Sociedade*, v. 25, p. e01511, 2022.

RODRIGUES XAVIER DA CRUZ, U.; ALEXANDRINO GARCIA, R. Placar da reciclagem: da possibilidade de publicidade dos resultados da reciclagem à auditoria do material coletado. *Revista Chão da Escola*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 24–62, 2024. DOI: 10.55823/RCE.V21.267. Disponível em; <https://chodaescola.com.br/rce/article/view/153>. Acesso em: 6 mar. 2025.

Saídas para a crise, cooperativismo e economia solidária são abandonados pelo governo SAUERESSIG, Gislaïne Gabriele; SELMITTO, Miguel Afonso; KADEL JR, Nelson. Papel das cooperativas de reciclagem no retorno de Resíduos Sólidos Urbanos à indústria. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 14, n. 2, p. 355-366, 2021.

SILVA, Camila Aguirre da. A importância do trabalho dos/as catadores/as de materiais recicláveis: aspectos históricos, sociais e econômicos. 2021.

SILVA, Christian Luiz da; SAUKA, Jean Elizeu. Desenvolvimento local e possibilidades de uma economia circular a partir de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. *Interações (Campo Grande)*, v. 25, n. 2, p. e2524030, 2024.



STREIT, Jorge Alfredo Cerqueira. GUARNIERI, Patricia. Brasil Logística reversa e economia circular: Alterações recentes nas políticas públicas e o potencial de desenvolvimento. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/15955> acesso em 6 de março de 2025

VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira; SILVA, Rônei Alves da. Política Nacional de Resíduos Sólidos: Analisando os Direitos Coletivos e Difusos dos Catadores de Materiais. *Ambiente & Sociedade*, v. 27, p. e00111, 2024.

VALDETE DOS SANTOS, Simone; BIAZUZ VICENTE, Bianka. Questões sociais e políticas dos catadores de materiais recicláveis. *Revista de Educação Popular*, v. 23, n. 1, 2024.

ZANIN, Maria. OLIVEIRA, Letícia Dal Pícolo Dal Secco de. Cooperativas de catadoras e catadores de materiais Recicláveis e o desafio da comercialização das embalagens Plásticas. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/14160> acesso em 6 març. 2025.